Com relação a orientação da aplicação da correção monetária e juros no Processo Administrativo nº. 001/2018.

Segue em anexo a ementa do acórdão do STJ que mencionamos na referida orientação por analogia, considerando, principalmente, tratar-se de ressarcimento ao erário e ante a inexistência de Lei Municipal, na época foi o mais recente que encontramos, o qual manteve inalterada a aplicação de correção monetária e juros conforme determinado em sentença.

“Conforme solicitado na visita técnica do dia 17 de julho de 2019, segue abaixo explicação quanto a correção monetária e juros a serem aplicados no Processo Administrativo nº. 001/2018.

Entendemos, com fulcro no julgamento do REsp 1761202/MG feito pelo Superior Tribunal de Justiça, que, a restituição ao erário municipal deve ser feita a integralidade dos valores recebidos pelos servidores públicos municipais, acrescido de correção monetária pela tabela da Corregedoria Geral de Justiça - CGJ - (que se encontra na internet) desde a data do recebimento de cada valores, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a primeira intimação no Processo Administrativo nº. 001/2018.

Acaso haja dúvidas quanto as datas das primeiras intimações, estamos à disposição para análise”.

Allan Toledo Advogados Associados